

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

O novo senhor Justiça

BRASÍLIA - Na semana em que a Câmara abriu o processo de impeachment, um grupo de deputados lançou a ideia de anistiar Eduardo Cunha. Os parlamentares diziam que o peemedebista teria prestado um bom serviço ao dinamitar o governo Dilma. Por isso, deveria ser perdoado pelas acusações de receber propina e mentir sobre as contas milionárias no exterior.

“Eduardo Cunha exerceu um papel fundamental para aprovarmos o impeachment da presidente. Merece ser anistiado”, declarou um dos porta-vozes do movimento, o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).

O ruralista não se limitou às palavras em defesa do correntista suíço. Como presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, patrocinou uma série de manobras para protelar o processo de cassação do aliado. Numa delas, encerrou a sessão antes da hora marcada, ignorando protestos de colegas. Teve que deixar o plenário às pressas, sob gritos de “Vergonha!”.

“Serraglio foi escolhido a dedo para ser o homem do Cunha na CCJ”, diz o deputado Júlio Delgado (PSB-MG).

Às vésperas do Carnaval, o peemedebista foi escolhido a dedo para outra missão: assumir o Ministério da Justiça. No novo cargo, terá voz de comando sobre a Polícia Federal, que investiga políticos, lobistas e empreiteiros acusados de envolvimento no escândalo da Petrobras.

A prudência aconselharia Michel Temer a entregar a pasta a um jurista respeitado, independente e sem ligação com os réus da Lava Jato. O presidente fez o contrário: nomeou um deputado do PMDB que tentou anistiar o alvo mais notório da operação.

Ao indicar o novo senhor Justiça, Temer deixa claro que desistiu de simular indiferença sobre a condução da Lava Jato. Ele também parece não se importar em ser cobrado pelo que diz. Na semana passada, o presidente afirmou que a escolha do ministro seria “pessoal, sem conotações partidárias”. Nove dias depois, entregou o galinheiro a um amigo das raposas.

24 FEV 2017

24 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Nomeação de Serraglio para Justiça gera reação no PMDB

Escolha leva a críticas de parte da bancada federal, sobretudo de Minas

Deputado paranaense foi escolhido após o presidente não ter conseguido atrair um jurista de renome

GUSTAVO URIBE
DANIEL CARVALHO
RANIER BRAGON
DE BRASÍLIA

Sob pressão de seu próprio partido, o PMDB, o presidente Michel Temer cedeu ao pedido por maior espaço na Esplanada dos Ministérios e anunciou nesta quinta (23) o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), 68, para comandar o Ministério da Justiça.

A nomeação, antecipada pela **Folha**, tinha como objetivo contemplar a bancada da sigla na Câmara dos Deputados. Contudo, teve efeito contrário ao pretendido e deflagrou uma crise que ameaça a fidelidade do partido em votações de interesse do governo federal, como as reformas da Previdência Social e trabalhista.

Vice-presidente da Câmara, o também peemedebista Fábio Ramalho (MG) afirmou que está rompendo com o governo Temer e que sua vontade agora é impor seguidas

derrotas ao Palácio do Planalto nas votações.

“Parece que o governo tem ódio de Minas Gerais”, disse Ramalho à **Folha**.

A insatisfação da bancada do PMDB de Minas Gerais reside no fato de Temer não ter escolhido o também deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), que chegou a ser cotado, mas acabou sendo descartado após virem a público declarações dele contra o poder de investigação do Ministério Público, um dos responsáveis pela Lava Jato.

Ramalho afirmou que recebeu na tarde desta quinta um telefonema de Temer, que tentou lhe explicar a escolha.

Segundo o deputado, Temer prometeu até recriar um ministério para colocar um peemedebista de Minas como ministro. “Falei que a gente recusava”, disse Ramalho, em tom exaltado.

A insatisfação com a escolha se estende a peemedebistas de outros Estados. Sob condição de anonimato, dois deles disseram que o Ministério da Justiça não resolve o problema do partido, que demanda comandar uma pasta com acesso a recursos para obras nos redutos eleitorais dos parlamentares.

Segundo eles, Serraglio

não conseguiu o apoio da bancada, a maior da Câmara, com 65 deputados. Dizem que o novo ministro tem apenas o voto dele a oferecer.

“Não existe consenso quando se fala do PMDB. Com toda certeza, [a primeira missão de Serraglio] vai ser unificar o partido”, disse o deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA).

Para agradecer o partido, Temer cogita recriar o posto de liderança da maioria. O mais cotado é Lelo Coimbra (PMDB-ES). Sob pressão também de Rodrigo Maia (DEM-RJ), o presidente decidiu nomear o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) como líder do governo na Casa. Desde sua reeleição ao comando da Câmara, Maia vinha pressionando pela saída de André Moura (PSC-SE), que fez campanha pela eleição de Jovair Arantes (PTB-GO).

CONTINUA

24 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

SEGURANÇA

Em seu último posto de destaque, o novo ministro foi alçado à presidência da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) pelas mãos de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), de quem foi aliado quando ele presidiu a Câmara.

Sob pressão da opinião pública, Serraglio recusou os recursos apresentados por Cunha no processo que culminou com sua cassação.

Antes mesmos de ser anunciado oficialmente ministro, Serraglio já dava entrevistas como nomeado e agradecia o apoio. Às 17h19, cerca de duas horas antes da declaração presidencial, ele enviou mensagem de agradecimento aos deputados peemedebistas, disse que estaria “à disposição” deles e que poderiam contar com ele.

A escolha de Serraglio ocorreu após o presidente não ter conseguido o nome de um jurista de renome para o posto. O cargo foi recusado, por exemplo, pelos ex-ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) Carlos Velloso, Carlos Ayres Britto e Ellen Gracie.

O convite a Serraglio foi feito na tarde desta quinta-feira (23) e prontamente aceito pelo peemedebista.

O presidente ainda não definiu quem ocupará a Secretaria Nacional de Segurança Pública, subordinada ao Ministério da Justiça. Temer não decidiu se ela continuará na pasta ou passará para a Presidência, o que permitiria a nomeação de Antonio Claudio Mariz para a estrutura presidencial.

CONTINUA

24 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Novo ministro promete ficar distante da Lava Jato

RANIER BRAGON
DE BRASÍLIA

O novo ministro da Justiça, Osmar Serraglio (PMDB-PR), afirmou à **Folha** nesta quinta (23) que acertou com o presidente Michel Temer o compromisso de manter “distância” da Operação Lava Jato.

Ele conversou com a reportagem após aceitar o convite para assumir a pasta, mas antes da confirmação oficial do Palácio do Planalto, que só veio no início da noite, pelo porta-voz, Alexandre Parola.

“A ordem é manter distância [da Lava Jato], porque a gente sabe que qualquer coisa que você faça, você se contamina, então é pra deixar pra lá”, disse Serraglio.

A Polícia Federal está sob o guarda-chuva administrativo do Ministério da Justiça.

Questionado se esse cenário de distanciamento é factível apesar de vários caciques do seu partido serem alvos da operação, o peemedebista reforçou o discurso.

“Imagina um ministro da Justiça pedir para alguém tergiversar nessa investigação? Isso seria a negação da República”, afirmou.

Serraglio afirmou ainda que Temer lhe pediu para conduzir as negociações para a ocupação da Secretaria Nacional de Segurança Pública, que, segundo ele, continuará subordinada ao Ministério da Justiça.

O deputado disse que o primeiro nome a ser procurado para ocupar a vaga será o do criminalista Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, amigo de Temer, que chegou a ser cotado para comandar o próprio ministério quando o PMDB chegou ao poder, mas que foi

descartado devido a declarações com críticas à Operação Lava Jato.

“A partir de agora temos que ver como construir essa possibilidade sem que ele fique melindrado”, diz Serraglio, em referência à decisão de que a secretaria continue sob o comando do Ministério da Justiça.

CUNHA

Serraglio também rebateu afirmações de colegas de que ele deve favores a Eduardo Cunha (PMDB-RJ), hoje preso em Curitiba, por pertencer ao grupo do PMDB que foi comandado pelo ex-presidente da Câmara.

“Claro que não vou minimizar a importância política e a liderança que ele exercia na Casa, mas a Comissão de Constituição e Justiça reconheceu que não agi de forma parcial”, disse o deputado, se referindo à decisão da CCJ, sob seu comando, de rejeitar pedido de Cunha para anular seu processo de cassação.

Serraglio comandou a comissão em 2016 após uma articulação liderada por Cunha.

“Essa história de que devo favor a Cunha é folclore”, afirmou o ministro.

24 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Cunha deu a deputado funções de projeção

Osmar Serraglio presidiu a CCJ a partir de acordo costurado pelo ex-presidente da Câmara, hoje preso pela Lava Jato

Novo ministro, no entanto, não se envolveu na operação que tentou salvar a pele de Eduardo Cunha

Em seu quinto mandato consecutivo como deputado federal, Osmar Serraglio (PMDB-PR), 68, conseguiu suas últimas funções de projeção sob as asas de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), apesar de nunca ter sido muito próximo a ele e de não ter se envolvido explicitamente na operação que tentou salvar a pele do ex-presidente da Câmara.

Advogado de formação, Serraglio pertence à ala do PMDB que por muito tempo foi comandada por Cunha, tendo inclusive sido eleito presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a principal da Câmara, por meio de um acordo costurado pelo então presidente da Casa.

No início de 2016, ainda na gestão de Dilma Rousseff, a bancada do PMDB rachou na definição do nome que comandaria a CCJ. Cunha fechou então um acordo por meio do qual Serraglio presidiria a comissão em 2016 e Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), em 2017.

Ao assumir a comissão em maio de 2016, porém, Serraglio fez um discurso em que sinalizava que não iria patrocinar tentativas de salvar o mandato do presidente da Casa. Dois dias depois, o Supremo Tribunal Federal afastava Cunha do cargo e do mandato.

Antes de presidir a CCJ, Serraglio havia atuado em outro episódio de forma alinhada a Cunha. O peemedebista relatou projeto em que o então presidente da Câmara tentava retaliar o procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Na época, Serraglio acatou emenda de um aliado de Cunha, o deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), que vetava a possibilidade de recondução de Janot ao cargo. Cunha acusava o procurador-geral de persegui-lo.

Serraglio também manifestou algumas vezes dúvidas sobre a validade de o presidente da Câmara ser cassado por ter negado, em depoimento à CPI da Petrobras, manter contas no exterior.

Em entrevista ao "El País" logo após a votação que aprovou a autorização para o impeachment de Dilma Rousseff, Serraglio disse, segundo a reportagem, que a perda do mandato era uma punição muito severa para a mentira na CPI.

A primeira função de projeção nacional do peemedebista foi a relatoria da CPI dos Correios, que apurou o caso do mensalão, em 2005.

Alçado à função na época com o apoio do governo, acabou chegando ao final em atrito político com os aliados de Luiz Inácio Lula da Silva.

Anos depois, o deputado admitiu à **Folha** que cedeu a pressões para tirar de seu relatório final menções ao nome de um filho de Lula.

FOLHA DE S. PAULO

Serraglio tem ligação com agronegócio

24 FEV 2017

RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

O deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) tem o agronegócio como um de seus principais doadores de campanha, o que não o impediu de relatar matéria de interesse do setor, como a PEC 215, que altera o sistema de demarcação de terras indígenas.

Serraglio declarou ter arrecadado R\$ 1,4 milhão em doações para a campanha eleitoral de 2014. Desse total, R\$ 470 mil, ou 31%, vieram de empresas ligadas ao campo, como indústrias avícolas e uma fabricante de herbicidas.

No código de ética e decoro parlamentar da Câmara, não há vedação clara a situação semelhante. O documento diz que o deputado está proibido de relatar matéria "de interesse específico" de "pessoa física ou jurídica" que tenha contribuído na campanha, não fazendo referência a setores da economia.

Em 2011, Serraglio foi escolhido relator da PEC 215 que, se tirada do papel, estenderá ao Congresso a atribuição, hoje restrita ao Executivo por meio do Ministério da Justiça e da Funai (Fundação Nacional do Índio), de localizar e demarcar terras indígenas.

A proposta gerou forte reação de entidades, a ponto de um grupo de cerca de cem indígenas invadir o plenário da Câmara em abril de 2013.

A PEC foi apresentada pela primeira vez em 2000. Quando Eduardo Cunha (PMDB-RJ), hoje preso em decorrência da Lava Jato, foi eleito presidente da Câmara, em 2015, ela voltou a ganhar força.

Cunha autorizou a retomada de uma comissão especial para analisar a matéria e Serraglio assumiu de novo a condução dos trabalhos. Seu relatório apoiou os principais pontos defendidos pela bancada ruralista, da qual ele faz parte. A PEC foi aprovada na comissão e ainda será analisada em plenário.

A Fenapef (Federação Nacional dos Policiais Federais) disse não ter vetos ao nome de Serraglio para o ministério. A PF também estará sob a alçada de Serraglio.

"É óbvio que gera preocupação, por ele ser do PMDB, partido que tem nomes importantes na investigação da Lava Jato, mas nada que possa acender um alerta vermelho na PF, no sentido de que possa ameaçar o andamento das investigações", disse Luís Antônio Boudens, presidente da Fenapef, que representa cerca de 15 mil policiais.

Em nota assinada pelo presidente, Carlos Eduardo Sobral, a ADPF (Associação dos Delegados da PF) também apoiou a escolha de Serraglio.

Os maiores doadores da campanha eleitoral de Serraglio em 2014, com R\$ 200 mil, são a Porto Seguro e a indústria de carnes JBS, controlada pelos irmãos Wesley e Joesley Batista por meio da J&F. Um dos braços do grupo empresarial é alvo de uma investigação da Polícia Federal.

“**tiroteio**”

Um ruralista que se diz um jurista e atuou para blindar Eduardo Cunha realmente faz parte da paisagem do governo Temer.

DO DEPUTADO IVAN VALENTE (PSOL-SP), sobre Osmar Serraglio (PMDB-PR), novo ministro da Justiça, que ganhou projeção com as bênçãos do ex-deputado.

24 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Prisões preventivas são essenciais, defende Moro

DE CURITIBA

Na decisão que deflagrou a nova fase da Operação Lava Jato, nesta quinta (23), o juiz Sergio Moro voltou a rebater o que chamou de “críticas genéricas” contra as prisões preventivas e disse que elas são essenciais para acabar com a “carreira criminosa” dos agentes de corrupção.

“Embora drástica, [a prisão preventiva] foi essencial para interromper a carreira criminosa de Paulo Roberto Costa, Renato Duque, Alberto Youssef e Fernando Soares, entre outros, além de interromper, espera-se que em definitivo, a atividade do cartel das empreiteiras e o pagamento sistemático pelas maiores empreiteiras do Brasil de propinas a agentes públicos”, escreveu o juiz.

Moro destacou que, atualmente, apenas “sete presos da Lava Jato estão detidos sem julgamento”, de um total de 21.

Para ele, a prisão preventiva, “embora excepcional”, pode ser utilizada quando houver provas consistentes de autoria e de materialidade de crimes graves, protegendo a sociedade de novos crimes —o que é considerado um risco à ordem pública.

Recentemente, o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), levantou a discussão sobre as prisões determinadas pela Lava Jato em Curitiba. “Temos um encontro marcado com as alongadas prisões que se determinam em Curitiba. Temos que nos posicionar sobre este tema que conflita com a jurisprudência que desenvolvemos ao longo desses anos”, disse.

A declaração foi interpretada como um indicativo de que o tribunal deve abrir caminho para discutir a revisão dos prazos das prisões preventivas da Lava Jato. (ESTELITA HASS CARAZZAI)

MÔNICA BERGAMO

LADO A LADO

O juiz Sergio Moro é um dos nomes confirmados para palestrar no Brazil Forum UK 2017, em maio, na London School of Economics e na Universidade de Oxford, na Inglaterra. O ex-ministro Ciro Gomes e a professora de economia da USP Laura Carvalho também vão falar sobre como reformular a sociedade brasileira. O evento é apoiado pela embaixada brasileira em Londres e patrocinado por diversos escritórios de advocacia, incluindo os brasileiros Mattos Filho e Pinheiro Neto.

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Dança das cadeias

SÃO PAULO- Vejo com bons olhos a decisão do STF que estabeleceu que presos mantidos em condições degradantes têm direito a indenização. Depois de décadas de descaso, a corte máxima finalmente toma uma decisão com o propósito de melhorar as condições de carceragem.

Embora muitos seres humanos tenham um lado sádico-retributivista que os faz torcer para que bandidos sofram na cadeia as mesmas injúrias que impuseram a suas vítimas, é importante para a segurança pública que as condições de vida nos presídios sejam aceitáveis.

Vale lembrar que o principal beneficiário das mazelas vividas pelos presos são organizações criminosas como o PCC, que transformam os “serviços” de proteção que oferecem aos novatos numa fantástica máquina de recrutamento.

Penso, porém, que o passo dado pelo STF comporta aperfeiçoamento. Melhor do que indenização seria encontrar um modo de fazer com que a superlotação, de longe o principal fator a responder pelas más condições, deixe de ser uma constante.

Como lembraram há pouco num artigo Pedro Abramovay e Oscar Vilhena, é possível criar um sistema de teto, que estabeleça o número máximo de internos que cada presídio pode manter. Para cada um que entra, outro precisa sair. Pode ser algum dos 33% de presos provisórios, ou alguém condenado por crime não violento, como tráfico de drogas, ou quem já esteja perto do fim da pena. Além de resolver o problema da violação a direitos humanos que os Estados cometem continuamente, isso forçaria o poder público a “prender melhor” e contribuiria para enfraquecer os sindicatos do crime.

Um sistema assim foi posto em prática há poucos anos na Califórnia, com a sanção da Suprema Corte dos EUA (Brown v. Plata), e os resultados parecem positivos. A medida ajudou a Califórnia a reduzir sua população carcerária sem que houvesse aumento notável da criminalidade.

24 FEV 2017

24 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

STF elege lista tríplice para ministro do TSE

Temer pode aceitar ou
indicar outra pessoa

LETÍCIA CASADO
DE BRASÍLIA

Os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) elegeram nesta quinta-feira (23) a lista tríplice que será levada ao presidente Michel Temer (PMDB) para a vaga no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que será aberta em abril com a saída do ministro Henrique Neves.

Eles indicaram os advogados Admar Gonzaga, Tarcisio Vieira Neto (que já atuam como ministros substitutos no TSE) e Sérgio Banhos.

Eles são os indicados para uma das vagas no tribunal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) no TSE.

Temer pode aceitar a sugestão ou ignorar os nomes e indicar outra pessoa de sua escolha.

CHAPA DILMA-TEMER

O novo ministro deve participar do julgamento da ação que contesta a chapa Dilma Rousseff-Michel Temer em 2014, acusada pelo PSDB de ter sua campanha na disputa daquele ano financiada com dinheiro ilícito.

O relator, ministro Herman Benjamin, está tomando os últimos depoimentos de testemunhas e na próxima semana deve ouvir alguns delatores da Odebrecht.

O PSDB relatou três fatos na representação em que pede a cassação da chapa presidencial: gastos de campanha acima do limite informado à Justiça Eleitoral, financiamento eleitoral com dinheiro desviado da Petrobras, segundo apurações oriundas da operação Lava Jato, e falta de comprovação de despesas da campanha da chapa.

OUTRA VAGA

Além da vaga de Henrique Neves, Temer ainda vai nomear outro ministro para o TSE, para a cadeira de Luciana Lóssio, que deixará a corte em maio.

O TSE é formado por três ministros do STF, dois do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e dois advogados indicados pelo STF e escolhidos pela Presidência da República.

Pelas regras, o presidente do TSE apresenta os nomes e o STF vota.

24 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA Pecuarista é condenado a 34 anos por morte de PF

Celso Felizardo
Reportagem Local

O pecuarista Alessandro Meneghel foi condenado a 34 anos e seis meses de prisão pelo assassinato do policial federal Alexandre Drummond Barbosa, morto a tiros em 2012, em uma briga de bar em Cascavel (Oeste). O julgamento realizado em Curitiba começou na tarde de terça-feira (21) e só terminou às 4h30 desta quinta (23). O júri, composto por cinco homens e duas mulheres, não acatou a tese de legítima defesa e decidiu pela condenação do réu.

Meneghel saiu do Tribunal do Júri direto para uma unidade prisional de Curitiba. O advogado do pecuarista, Cláudio Dalledone, apontou que houve cerceamento da defesa e informou que irá pedir a anulação do julgamento. "Vou ao Tribunal de Justiça buscar a nulidade deste julgamento. Considero que ainda não acabou e que esse júri vai se repetir", declarou.

O advogado, que já havia conseguido adiar o julgamento anteriormente, solicitou mais tempo para analisar provas testemunhais, mas o pedido foi negado pelo juiz Thiago Flores Carvalho. Já o promotor Lucas Cavini Leonardi acredita que a decisão será mantida pelo Tribunal de Justiça. "Não há motivos para uma anulação, uma vez que todas as re-

gras foram observadas e tudo foi feito de forma transparente", comentou.

Pela versão do advogado, o cliente só teria atirado contra o policial para preservar a própria vida. O depoimento do pecuarista durou mais de seis horas. Já o Ministério Público (MP) pediu a condenação pelo crime de assassinato por motivo torpe.

Segundo o MP, o crime foi registrado por câmeras de segurança da boate. As imagens que foram anexadas ao processo mostram o policial sendo atingido várias vezes por um homem dentro de uma caminhonete. Em seguida, o motorista dá marcha à ré, atira outra vez e foge. A caminhonete foi identificada como sendo de Meneghel. O policial morreu antes de dar entrada no pronto-socorro.

Meneghel foi preso no mesmo dia com uma pistola e uma espingarda calibre 12. Ele passou três anos na prisão até conseguir liberdade provisória, diante da alegação que precisava cuidar da mãe que estava doente. No entanto, diante de acusações de violar as regras da tornozeleira eletrônica e de coagir testemunhas, retornou à prisão.

O MP conseguiu a transferência da condução do processo de Cascavel para Curitiba com a alegação de que Meneghel teria "muita influência" na cidade do Oeste do Estado.

24 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Faltam mulheres no Tribunal Federal da 5ª região

Todos os Tribunais Regionais Federais (TRF) possuem juízes e juízas em suas composições, exceto na 5ª Região (TRF-5), com sede no Recife, onde há somente homens e nenhuma mulher. No TRF-1, de Brasília, as mulheres são uma minoria: cinco de um total de 27 desembargadores. No TRF-2, que abrange do Rio de Janeiro e também Espírito Santo, são apenas sete mulheres em 27 magistrados.

Exceção paulista

A maior presença feminina em um tribunal regional federal é no TRF-3 (São Paulo), onde são 14 mulheres em 39 desembargadores.

Minoria no sul

No TRF-4 (RS, SC e PR), seis desembargadoras representam quase um quinto do número de colegas homens.

Quem escolhe

Membros de TRFs são escolhidos entre juízes federais, procuradores e representantes da OAB, nomeados pelo presidente da República.

24 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

Um a cada três presos aguarda julgamento

Brasília - Um a cada três presos no Brasil está aguardando julgamento, aponta relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em números absolutos, o País tem 654.372 presos, sendo 221.054 provisórios. Os dados foram passados ao CNJ pelos tribunais de Justiça dos Estados. O conselho informa que é possível haver inconsistências no levantamento. A questão do alto número de presos provisórios é frequentemente apontada como um dos principais problemas que levam à superlotação carcerária. (Letícia Casado/Folhapress)

OPINIÃO DO LEITOR

Indenização para presidiário

A mais alta Corte do Brasil – Supremo Tribunal Federal – acaba de gerar um julgamento que concede uma indenização a um presidiário, encarcerado em Corumbá (MS) no importe de R\$ 2 mil. Não é pelo valor, mas sim do gravíssimo precedente que este julgamento poderá carrear ao povo brasileiro. Votaram a favor os seguintes ministros: Barroso, Fachin, Rosa Weber, Luiz Fux, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Celso de Mello e a presidente Carmem Lúcia. Advogado há 40 anos, este julgamento extrapola os anais do STF e poderá trazer graves repercussões. A atual composição do STF é a mais desqualificada desde sua constituição. Tenho saudade dos ministros Carlos Veloso (que recusou o cargo de ministro da Justiça por questões éticas), Sidney Sanches, Luiz Galloti, Nelson Hungria, Evandro Lins e Silva, Aliomar Baleeiro, Moacir do Amaral Santos, Barros Monteiro, Thompson Flores, Bilac Pinto, Alfredo Buzaid, entre tantos outros, de idoneidade inquestionável e de elevado saber jurídico que somente – repita-se – sentimos saudades. Esperamos que este tipo de posição dos membros do STF não seja uma rotina para outras situações e que ao julgar considerem suas repercussões, principalmente para o povo brasileiro que não poderá perder esperança de que a Justiça, na acepção do termo, seja aplicada na sua plenitude, afastando a nefasta indicação de cunho político com essa que ocorreu com o nome indicado para vaga do ministro Teori Zavascki.

CARLOS HENRIQUE SCHIEFER (advogado) – Londrina

24 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Pode mudar? Pode

A decisão da turma do STF que entrega o caso dos senadores Renan Calheiros e Romero Jucá, mais o ex-presidente José Sarney, este por não deter foro privilegiado, ao colegiado da Corte e distanciá-lo da primeira instância de Curitiba, marca o primeiro revés do ministro-relator Edson Fachin e sinaliza como possível o que foi sugerido por Gilmar Mendes no enfrentamento das prisões temporárias da Lava Jato. Se isso for aditado à circunstância de que o governo pode mudar, especialmente com a designação de Alexandre Moraes, a correlação de forças interna em seu favor, o que se percebe em várias arregimentações e ainda na prioridade que se tenta conceder a medidas que tirem o país do atoleiro recessivo, o que soa pragmático demais para um momento em que é exposta a corrupção sistêmica que alcança o país e seus políticos em escala nunca imaginada, isso tudo faz aflorar a pior das hipóteses, o triunfo da impunidade num imaginário ou comprovado abuso das pressões acusatórias.

Tecnicalidades como as que estabeleceram a conexão entre o caso do ex-presidente com o dos senadores com foro privilegiado, e que determinaram a decisão por quatro votos a um na 2ª turma, podem, lá na frente, apontar para uma reversão nos entendimentos, o que se constituiria num bom momento para os denunciados e, por extensão, à massa da base aliada com crise neurovegetativa em função das delações e provas documentais até aqui ainda não conhecidas em sua abrangência e profundidade.

Pode mudar? Pode e com argumentos bem fundamentados como o do partilhamento da Lava Jato, decidida há tanto tempo e vista como possível derrota do juiz Sérgio Moro, tal a forma emocional como o público acompanha os eventos e com uma perspectiva que lembra em tudo o comportamento imediatista das torcidas de futebol. O que convenhamos, ainda que compreensível no caso específico do Brasil, não é o desejável, em termos de racionalidade na configuração dos atos judiciais, nem sempre tão claros como se viu no recuo quanto à interdição de Renan Calheiros no comando da Câmara Alta e na decisão surpreendente que livrou Dilma Rousseff da pena acessória da perda de direitos políticos.

24 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

Sérgio Moro defende prisões preventivas

Folhapress

São Paulo - No despacho em que autorizou a 38ª fase da Lava Jato, efetivada nessa quinta-feira (23) pela Polícia Federal, o juiz federal Sérgio Moro dedicou ao menos cinco parágrafos a fazer uma defesa das prisões preventivas que tem decretado contra pessoas investigadas na operação. As informações são da Agência Brasil.

Ao alegar "risco à ordem pública" para autorizar a medida cautelar contra os suspeitos Jorge Luz e Bruno Luz, Moro comparou o caso dos dois aos de outras pessoas detidas na operação, afirmando que "apenas a prisão preventiva foi capaz de encerrar as suas carreiras delitivas".

"Embora as prisões cautelares decretadas no âmbito da Operação Lava Jato recebam pontualmente críticas, o fato é que, se a corrupção é sistêmica e profunda, impõe-se a prisão preventiva para debelá-la, sob pena de agravamento progressivo do quadro criminoso", escreveu Moro.

Para o juiz federal, determinar a prisão preventiva num quadro de corrupção e lavagem de dinheiro sistêmico não é uma heterodoxia, e sim uma aplicação normal do artigo 312 da lei processual penal.

"Assim, excepcional não é a prisão cautelar, mas o grau de deterioração da coisa pública revelada pelos processos na Operação Lava Jato, com prejuízos já assumidos de cerca de R\$ 6 bilhões somente pela Petrobras, e a possibilidade, segundo investigações em curso no Supremo Tribunal Federal (STF), de que os desvios tenham sido utilizados para pagamento de propina a dezenas de parlamentares, comprometendo a própria qualidade de nossa democracia."

O posicionamento do magistrado ocorre após ministros do STF terem se manifestado recentemente sobre o assunto. Na semana passada, Celso de Mello e Marco Aurélio fizeram questionamentos sobre o uso prolongado desse tipo de medida cautelar.

As observações foram feitas durante o julgamento em plenário de um pedido de liberdade de Eduardo Cunha, detido desde outubro do ano passado em Curitiba. Apesar disso, os ministros negaram o recurso do ex-deputado, que foi mantido preso.

No início do mês, em julgamento na Segunda Turma, colegiado do STF em que é apreciada a maior parte das questões relativas à Lava Jato, o ministro Gilmar Mendes disse que a Corte tem "um encontro marcado com

as alongadas prisões que se determinam em Curitiba. Temos que nos posicionar sobre este tema que conflita com a jurisprudência que desenvolvemos ao longo desses anos".

No despacho divulgado nessa quinta-feira, Moro lembrou que, apesar das "críticas genéricas às prisões preventivas", há no momento "somente" sete pessoas sem condenação nesta condição no âmbito da Lava Jato.

BLACKOUT

A 38ª fase da Lava Jato, denominada Operação Blackout, deflagrada nessa quinta-feira (23) pela Polícia Federal, indica que o lobista Jorge Luz e seu filho, Bruno Luz, intermediaram o pagamento de US\$ 40 milhões em propina ao longo de dez anos, recursos que teriam sido desviados de contratos da Petrobras. Os dois tiveram decretada a prisão preventiva, mas os mandados não foram cumpridos porque eles estão nos Estados Unidos. A maior parte dos valores pagos a políticos foi direcionado a membros da bancada do PMDB no Senado, segundo o Ministério Público Federal.

O nome da operação é uma referência, segundo a PF, ao encerramento definitivo da atuação dos dois operadores, e uma alusão aos seus sobrenomes.

24 FEV 2017

GAZETA DO POVO

Osmar Serraglio assume pasta da Justiça

'Herói' do mensalão, deputado do Paraná terá de provar agora que não será vilão na Lava Jato. Ex-aliado de Cunha, ele assume sob desconfianças

| *Fernando Martins*

● O presidente Michel Temer oficializou ontem o nome do deputado federal paranaense Osmar Serraglio (PMDB) para o Ministério da Justiça. Alvo de desconfianças por ter sido aliado do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), Serraglio disse que não irá interferir na Operação Lava Jato e que não vê qualquer necessidade de correção de rumos nos trabalhos da Polícia Federal, que é subordinada ao Ministério da Justiça. "Acho que a Lava Jato está no caminho certo", disse ao jornal *O Globo*.

Serraglio ficou nacionalmente conhecido em 2005, quando assumiu o cargo de

relator da CPI Mista dos Correios, que investigou o escândalo do mensalão, no primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O peemedebista saiu daquela apuração como uma espécie de herói da moralidade pública.

Doze anos depois, o destino de outro escândalo de corrupção volta a cair em suas mãos: o petrolão. Desta vez, porém, é alvo de suspeitas. Mas Serraglio terá tempo agora para provar que não vai terminar sua biografia como "anti-herói".

O trabalho do paranaense na CPI dos Correios o colocou numa seleta lista de "deputados éticos" perante a opinião pública. Integrante do PMDB, partido da base do então presidente Lula, Serraglio não poupou em seu relatório final os petistas e peemedebistas envolvidos.

A apuração da comissão contribuiu para que a Procuradoria-Geral da República (PGR) formulasse as denúncias ao Supremo Tribunal Federal (STF) que, em 2013, leva-

ram os primeiros políticos de alto escalão a serem presos na história do país.

Em entrevista à *Gazeta do Povo* em 2015, o novo ministro afirmou que o esquema do mensalão foi o embrião do petrolão. "Com o fim do esquema do mensalão, os partidos e políticos envolvidos precisaram buscar outra forma de financiamento. A Lava Jato mostra os desvios da Petrobras como uma espécie de segundo caminho", disse Serraglio.

Operação "intocável"

Recentemente, declarou que a Lava Jato é "intocável". Mas, nesse caso, acabou saindo da lista dos "éticos". O paranaense não é investigado pela força-tarefa. Mas foi um dos parlamentares que votou, em novembro, pela "mutilação" do projeto das "Dez Medidas de Combate à Corrupção" apresentadas pela força-tarefa da Lava Jato.

Antes disso, como presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, havia sido alvo de questionamentos por supostamente permitir sucessivas manobras para adiar o julgamento do processo de cassação de Eduardo Cunha — preso pela Lava Jato e que acabou sendo cassado.

Serraglio argumentou à época que apenas cumpriu o que determinava o regimento interno — e que se não fizesse isso, o processo poderia voltar à estaca zero ao ser questionado pela defesa de Cunha. Considerou ter sido injustiçado e agora tem a chance de dissipar as desconfianças em torno de seu nome.

“O que me alinhava a Eduardo Cunha era o movimento pelo impeachment de Dilma. Houve uma união de forças naquele momento.”

CONTINUA

GAZETA DO POVO 24 FEV 2017

CONTINUAÇÃO

Osmar Serraglio foi relator da CPI Mista dos Correios, em 2005, que desvendou o esquema do mensalão.



“Não muda nada na Lava Jato; a PF tem total autonomia”, diz o novo ministro

BRASÍLIA

Catarina Scortecci

Correspondente

● O novo ministro da Justiça e da Segurança Pública, Osmar Serraglio (PMDB), disse que sua nomeação para a pasta não significa “nenhuma alteração” na Operação Lava Jato. “Não muda nada. Não temos nada a ver com a Lava Jato. A Polícia Federal é subordinada ao Ministério da Justiça apenas administrativamente. A PF tem total autonomia. E a Lava Jato é do sistema Judiciário. O caso é deles”, afirmou o paranaense, em entrevista por telefone de Umuarama, onde inicialmente planejava passar o carnaval. Agora, já se organiza para antecipar o retorno a Brasília.

Serraglio chega à pasta da Justiça na esteira da pressão feita pelo PMDB por mais espaço no governo federal. Ele contou que foi levado pelo próprio líder da bancada do PMDB na Câmara, Baleia Rossi (SP), para conversar com Temer. No encontro, Rossi reforçou ao presidente o “perfil técnico e político” do paranaense.

No currículo, contudo, falta experiência na área de segurança pública. “Eu vou buscar os especialistas”, disse Serraglio, citando o nome da ex-secretária de Justiça do Paraná, Maria Tereza Jülle Gomes. “Gostaria muito que ela me ajudasse, pela extrema competência.” Serraglio voltou a rechaçar qualquer vínculo com o ex-deputado Eduardo Cunha, hoje preso da Lava Jato. “O que me alinhava a Cunha era o movimento pelo impeachment de Dilma Rousseff. Houve uma união de forças naquele momento”, enfatizou.

EX-ALUNO DE TEMER

Deputado federal de quinto mandato (desde 1999), Osmar Serraglio tem 68 anos. Nasceu em Erechim (RS), mas tem base eleitoral em Umuarama, no Noroeste do Paraná. É formado em Direito pela antiga Faculdade de Direito de Curitiba (hoje UniCuritiba). Também tem mestrado em Direito de Estado pela PUC de São Paulo, onde foi aluno do atual presidente Michel Temer e colega do ministro do STF Edson Fachin.

INEXPERIÊNCIA EM SEGURANÇA

Como ministro da Justiça, Serraglio vai assumir o comando das ações federais de combate à criminalidade. Terá o desafio de enfrentar duas crises: a do sistema carcerário e a ameaça de greve de policiais militares em diversos estados. Também será o responsável por implantar o Plano Nacional de Segurança. Apesar disso, essa não é uma “especialidade” de Serraglio. Deputado federal desde 1999, nunca participou da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Casa — nem como membro titular e tampouco como suplente.

24 FEV 2017

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



GAZETA DO POVO

Alexandre de Moraes no STF

24 FEV 2017

Com o voto favorável de 55 senadores, o ex-ministro da Justiça Alexandre de Moraes conseguiu o aval do Senado para se tornar o mais novo ministro do Supremo Tribunal Federal, substituindo Teori Zavascki, morto em acidente aéreo. Como não poderia deixar de ser, sua sabatina na Comissão de Constituição e Justiça foi marcada pelas menções às ligações políticas do advogado constitucionalista, que era filiado ao PSDB e foi ministro de Michel Temer. Os senadores aproveitaram a ocasião para críticas mútuas: a petista Gleisi Hoffmann usou uma frase do tucano Aécio Neves na sabatina de Edson Fachin, em 2015 (“Não é possível que a gente tenha um ministro no Supremo Tribunal Federal com vinculações e compromissos partidários”), para acusar os governistas de mudar o discurso conforme a conveniência, embora seja também o caso de questionar onde estavam os senadores de seu partido quando Lula nomeou para o Supremo alguém com “vinculações e compromissos partidários”, o ex-advogado do PT Dias Toffoli.

Quando a discussão migrou para temas, e não tanto para a pessoa do ministro, as respostas dadas por Moraes na sabatina podem ser consideradas satisfatórias. Várias questões giraram em torno de aspectos do processo penal — assunto que, por mais técnico que seja, tem despertado o interesse de toda a sociedade graças às investigações da Operação Lava Jato e ao projeto das Dez Medidas Contra a Corrupção. Pode-se especular até que ponto alguns senadores tinham interesse puramente pessoal nas respostas, já que parcela nada insignificante da CCJ está às voltas com as investigações da Lava Jato; e, para esse grupo, as respostas do novo ministro não devem ter soado muito boas. Moraes defendeu, por exemplo, a constitucionalidade do início do cumprimento da pena a partir da condenação por colegiado e o instituto da delação premiada (que alguns políticos, como o deputado

petista Wadiah Damous, comparam às torturas realizadas na ditadura militar).

Questionado sobre as Dez Medidas Contra a Corrupção, Moraes respondeu tendo em mente as propostas originais, e não o pacote que foi totalmente desfigurado pela Câmara dos Deputados. Criticou a possibilidade de utilização de provas obtidas ilícitamente, a restrição aos habeas corpus e o flagrante previamente preparado (a chamada “pegadinha”), temas que realmente mereciam discussão mais aprofundada. Apesar dessas ressalvas, o sabatinado elogiou o pacote, que assinou ainda como secretário de Segurança Pública de São Paulo, e ressaltou sua importância na melhoria dos mecanismos de combate à corrupção. Moraes também se disse contrário às tentativas de punir juízes e membros do Ministério Público por “crimes de interpretação”, uma possibilidade que se tornaria real com a aprovação de certos projetos sobre abuso de autoridade que tramitam no Congresso.

Em dois temas muito sensíveis — aborto e legalização das drogas —, Moraes lamentavelmente se omitiu. Os senadores jamais deveriam ter se contentado com o argumento de que, por se tratar de assuntos que já estão no STF, Moraes não poderia falar sobre eles.

CONTINUA

24 FEV 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

São temas importantíssimos, e a sociedade tem todo o direito de saber o que Moraes pensa a respeito. Menos mal que, em uma outra resposta, ele deu indícios de como pode se portar nesses julgamentos, com sua crítica ao “ativismo judicial”, em que juízes se colocam no papel de legisladores, usurpando as prerrogativas do Poder Legislativo. Se Moraes fizer no Supremo o que defendeu na sabatina, oferecerá uma necessária antítese às atitudes de ministros que, em alguns casos, se mostraram verdadeiros ideólogos de toga, como Luís Roberto Barroso, que se aproveitou de um julgamento de habeas corpus para, em seu voto (seguido por Rosa Weber e Fachin), decidir que o aborto até o terceiro mês de gestação não deveria ser crime.

O perfil de Moraes não fazia dele, a nosso ver, o nome mais adequado para o Supremo. Mas, já que a decisão está tomada, o mínimo que se espera do novo ministro é que, uma vez empossado, ele se desprenda de quaisquer inclinações partidárias e tenha, no Supremo, uma atuação coerente com as opiniões emitidas na sabatina.

24 FEV 2017

GAZETA DO POVO

Justiça concede liminar para que grupo de motoristas do Uber não seja multado

Felippe Anibal

● A Justiça deferiu um liminar que determina que a prefeitura de Curitiba e a Urbanização Curitiba S/A (Urbs) deixem de aplicar sanções e de adotar medidas restritivas a 24 motoristas do aplicativo Uber. A decisão também reconhece a diferença entre o transporte individual público — exercido por taxistas — e o transporte individual privado — em que se enquadram os condutores que operam a partir de aplicativos.

O pedido de tutela de emergência foi deferido pela juíza Carolina Delduque Senes Basso, da 1.ª Vara de Fazenda Pública de Curitiba. Para a magistrada, o transporte feito por meio do Uber se enquadra na categoria de transporte individual privado e, por causa disso, a prefeitura ou a Urbs não podem “vedar seu livre exercício”.

“Em um exame sumário da causa, [o transporte de passageiros exercido pelo Uber] não pode ser considerado um serviço público, pois a própria lei o enquadra como privado”, destaca a juíza.

Qual número do orçamento do Paraná é verdadeiro?

GAZETA DO POVO

O Paraná está em situação melhor do que os falidos Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul? Sim, mas isso não significa que as finanças estão indo de vento em popa. O governo do Paraná escolhe alguns números para mostrar de acordo com o freguês: se são servidores pedindo aumento, mostra os dados que comprovam a dificuldade financeira (eles são verdadeiros).

Se é para propaganda e para animar deputados estaduais que muitas vezes questionam se vale a pena aprovar pacotes de maldade, o governo mostra dados positivos (eles também são verdadeiros).

As finanças públicas são complexas, e cada rubrica tem sua função de ser (ainda que muitas vezes sejam desrespeitadas). Se Dilma Rousseff sofreu o impeachment pela contabilidade criativa, isso deveria servir de exemplo para todos os governantes, mas não é o que aconteceu.

Mesmo seguindo à risca todas as normas contábeis, é possível para o governo enaltecer números positivos e esconder os negativos. Isso não dá direito de chamar de mentiroso quem publica os números negativos, mas adotar esse caminho é da consciência de cada um.

A **Gazeta do Povo** noticiou que o governo do Paraná gastou mais do que arrecadou em 2016 e fechou no vermelho em R\$ 481 milhões. Esse número é o resultado primário, que leva em conta a receita primária total (R\$ 49,82 bilhões) e a despesa primária total (R\$ 50,3 bilhões).

Em apresentação na Assembleia Legislativa na quarta-feira (22), o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo, destacou outro número: um superávit orçamentário de R\$ 500 milhões. Todos esses números constam no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO). Nenhum é falso, nenhum é mentiroso. Mas o que querem dizer esses dados?

O superávit orçamentário é a soma de todas as despesas e receitas. Mas ele não representa a realidade das contas públicas. Aliás, o governo bem sabe disso: nas reuniões com o funcionalismo público, o secretariado de Beto Richa sempre ressalta que precisa definir as despesas fixas (salários) de acordo com as receitas fixas (arrecadação). Isso deixa de fora as receitas de capital, por exemplo.

Sobram as receitas primárias. Que, junto com as despesas primárias, formam o resultado primário. Que em 2016 foi negativo no Paraná, em R\$ 481 milhões.

Ou seja: o superávit orçamentário existe, foi positivo, mas ele pouco importa. Diz um manual de contabilidade pública da Unifesp (há centenas por aí disponíveis): “Os desequilíbrios e equilíbrios que efetivamente interessam são aqueles decorrentes da confrontação das receitas próprias que o governo arrecada, em sua maioria derivada de impostos, taxas, contribuições, aluguéis, alienações patrimoniais, serviços etc., com as despesas que espera realizar”.

Em 2015, quando o resultado primário foi positivo, o número foi destacado pela Agência Estadual de Notícias e pelos bajuladores de plantão. “Outro dado importante apresentado foi o superávit primário de R\$ 1,9 bilhão, o que significa que o Paraná inverteu o déficit de R\$ 178 milhões registrado em 2014”, diz o texto publicado em 24 de fevereiro de 2016, em referência à apresentação de contas feita por Mauro Ricardo no ano passado na Assembleia Legislativa.

LRF

O superávit orçamentário não é um conceito que importe para a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O resultado primário sim.

O governo do Paraná sabe disso. A Lei de Diretrizes Orçamentárias traz a meta para o exercício: não importa se será positivo (superávit primário) ou negativo (déficit primário), o importante é cumpri-lo.

Só para lembrar, em 2014, o governo não cumpriu a meta do resultado primário. Em 2015, o governo conseguiu aprovar uma lei na Assembleia para rever

a meta estipulada, mesmo com meses de atraso. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado apontou que isso era uma “manobra escusa e inconstitucional de se dissimular o atendimento à meta mediante a sua alteração a posteriori”. O TC deixou passar, mas há quem considere que era caso semelhante ao de Dilma Rousseff.

Neste ano não há necessidade de manobras. A meta para 2016 foi bem pessimista: déficit primário de R\$ 2,5 bilhões.

24 FEV 2017

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

Bem na Corte

Houve um tempo em que a maior preocupação das lideranças empresariais do Paraná era emplacar um nome do estado nos altos escalões federais, especialmente na Esplanada dos Ministérios ou nos tribunais superiores. Com honrosas exceções, nunca tivemos nomes de expressão ocupando tais cargos desde a redemocratização. Agora, entretanto, o Paraná ostenta alguns dos mais cobiçados cargos ou funções na República, e não só no Executivo. A saber: o novo ministro da Justiça é o paranaense Osmar Serraglio, o ministro da Saúde é Ricardo Barros e o ministro do STF Luiz Edson Fachin ocupa a cobiçada relatoria da Operação Lava Jato.

●●●
Sem contar o juiz Sergio Moro, hoje o paranaense com mais destaque no cenário político-jurídico nacional.

COLUNA DO LEITOR

UFPR

A primeira universidade do Brasil agora é a primeira a passar por um "pente fino". A UFPR tem uma história fantástica. É triste ver uma das mais importantes universidades do país passando por isso. Espero que os porcos que desviaram as verbas de pesquisa da UFPR sejam responsabilizados e cumpram penas severas.

Bruno Hamerschmitt Gulin

ALEXANDRE DE MORAES

Com a sabatina programada à aprovação, Alexandre de Moraes ascende ao STF. Somente Freud explicaria decisões de criatividade estapafúrdia tomadas pela corte, tais como visitas a presídios, danos morais a presos excedentes, restabelecimento de cargo ministerial etc. Somente a vaidade se adona destas atitudes. O silêncio muitas vezes é o único antídoto para evitar a vulgaridade e preservar a credibilidade das instituições. O agora ministro Alexandre de Moraes, endereçado para atender benesses aos poderosos, poderá surpreender quixotescamente com a toga da corte máxima e se consagrando como paladino da justiça.

Osman de Santa Cruz Arruda

LAVA JATO

A possibilidade de alguns dos investigados na Lava Jato aderirem à delação premiada cria um clima de preocupação entre muitas figuras políticas de relevo. Esta é uma situação que merece muita atenção. Espera-se que os delatores não sejam oportunistas e que as acusações que fizerem sejam comprovadas. É um novo Brasil, por certo.

Uriel Villas Boas

INDENIZAÇÕES A PRESOS

E inaceitável a decisão do STF de que o Estado indenize os presos. Eles não foram convidados a passar férias na cadeia, foram retirados da sociedade por matar, estuprar, roubar etc. A sociedade não pode aceitar essa decisão. Se alguém tem de ser indenizado, são as famílias das vítimas desses marginais.

Élcio João Kolesky

24 FEV 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

LIVRES PRA RODAR

Justiça concede liminar para que motoristas do Uber não sejam multados

Felippe Anibal

A Justiça deferiu um liminar que determina que a Prefeitura de Curitiba e a Urbanização Curitiba S/A (Urbs) deixem de aplicar sanções e de adotar medidas restritivas a 24 motoristas do aplicativo Uber. A decisão também reconhece a diferença entre o transporte individual público - exercido por taxistas - e o transporte individual privado - em que se enquadram os condutores que operam a partir de aplicativos.

O pedido de tutela de emergência foi deferido pela juíza Carolina Delduque Sennes Basso, da 1.ª Vara de Fazenda Pública de Curitiba. Para a magistrada, o transporte feito por meio do Uber se enquadra na categoria de transporte individual privado e, por causa disso, a prefeitura ou a Urbs não podem “vedar seu livre exercício”.

“Em um exame sumário da causa, [o transporte de passageiros exercido pelo Uber] não pode ser considerado um serviço público, pois a própria lei o enquadra como privado”, destaca a juíza.

A ação havia sido movida por 24 condutores do Uber, por intermédio da Associação dos Motoristas por Aplicativo (Ampa). Na avaliação do advogado da associação, André Kassem Hammad, a decisão vai trazer mais tranquilidade para que os motoristas exerçam a atividade.

“A liminar dá um respaldo grande para os motoristas trabalharem. É um documento oficial da Justiça, reconhecendo a legalidade da atividade”, disse o advogado. “A Urbs e o município, por meio da Setran vinha multando veículos que identificava como Uber”, completou.

Com o precedente da decisão, a Ampa espera que outros condutores do Uber procurem a associação, para ingressar com ações semelhantes. Por outro lado, o advogado considera que a liminar da Justiça contribua para pacificar os ânimos entre taxistas e Ubers. “O taxista agora vê que o Uber não é clandestino, que tem respaldo da Constituição e da Lei de Mobilidade Urbana. A liminar da Justiça vem a sacramentar isso”, avaliou. Por meio de sua assessoria de imprensa, a Urbs disse que ainda não foi notificada da decisão, mas acrescentou que não tem poder de polícia e, por isso, não fiscalizava ou multava os condutores do Uber.

24 FEV 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

Penas de 34 anos

Lucas Sarzi
lucass@tribunadoparana.com.br

Alessandro Meneghel, pecuarista que confessou ter matado o policial federal Alexandre Drumond Barbosa em abril de 2012, foi condenado a 34 anos e seis meses de prisão. A decisão foi divulgada no Tribunal do Júri, por volta das 4h de ontem. O julgamento do pecuarista durou dois dias.

O júri popular, que definiu o futuro do acusado, foi composto por cinco homens e duas mulheres, todos de Curitiba. Oito testemunhas, duas de acusação e seis de defesa, foram ouvidas. A promotoria defendeu a tese de que Alessandro Meneghel voltou ao local do crime com a intenção de matar o policial federal. A acusação mostrou o acusado como um homem impulsivo e resgatou históricos de brigas familiares. A violência do crime, que foi cometido por muitos disparos de arma de fogo, também foi detalhada.

O advogado que representa o pecuarista afirmou, com a decisão em mãos, que vai recorrer ao Tribunal de Justiça pela anulação do julgamento. “Confio na Justiça e é por isso que vou buscar a nulidade do julgamento, pelo flagrante de cerceamento de defesa. Esse júri vai ser anulado e voltar a acontecer em Curitiba”, afirmou.

O CASO

O pecuarista Alessandro Meneghel matou a tiros o policial federal em frente a uma casa noturna de Cascavel. Ele foi preso em flagrante na madrugada do dia 14 de abril de 2012. Já na época do crime, Alessandro confessou, mas alegou legítima defesa. O Ministério Público do Paraná (MP-PR), porém, o denunciou dizendo que ele provocou o policial dentro da casa noturna e fez uma ameaça. Segundo o MP-PR, depois de sair da casa noturna, o pecuarista voltou e matou o policial.

24 FEV 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

UFPR

Ex-reitor na mira

Katia Brembatti e Raphael Marchiori

O ex-reitor Zaki Akel Sobrinho pode ser multado pelo desvio de R\$ 7,3 milhões de recursos de bolsas de estudo e pesquisa da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Por ser o gestor da universidade entre 2013 e 2016, período da irregularidade investigada pela Operação Research da Polícia Federal (PF), Akel Sobrinho pode ser responsabilizado pelo mau uso de recursos públicos no entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), que analisou quarta-feira o relatório de auditoria do caso.

Apesar de não ser ordenador de despesa da área a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, de onde foi desviado o montante, administrava orçamento próprio, sem precisar de assinatura ou liberação do reitor, Akel Sobrinho foi incluído na representação por falta de controle nos processos de pagamento.

O ex-reitor pode ser multado em até R\$ 58 mil pelo TCU. O processo será aberto, em breve, para a apresentação de defesa. Akel Sobrinho afirma que ele mesmo comunicou a Polícia Federal, em novembro de 2016, sobre as suspeitas de pagamentos irregulares.

No dia da deflagração da Operação Research, que prendeu 29 pessoas em 15 de fevereiro, o ex-reitor foi intimado a depor, para detalhar as fases que envolviam as autorizações de depósito.

Em contato na manhã de ontem, o ex-reitor disse que ainda estava se inteirando da decisão do TCU e preferiu ainda não se pronunciar.

24 FEV 2017

TRIBUNA DO PARANÁ NA JUSTIÇA

Deputado
paranaense
Osmar Serraglio
(PMDB) assume
ministério no
governo federal

Fernando Martins

Novo ministro da Justiça, o deputado federal paranaense Osmar Serraglio (PMDB) ficou nacionalmente conhecido em 2005, quando assumiu o cargo de relator da CPI Mista dos Correios, que investigou o escândalo do mensalão, no primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Saiu daquela apuração como uma espécie de herói da moralidade pública. Doze anos depois, o destino de outro

escândalo de corrupção volta a cair em suas mãos: o petrolão. O ministro da Justiça é o superior imediato da Polícia Federal (PF) e, em tese, é quem dá suporte à Operação Lava Jato. Desta vez, porém, Serraglio é alvo de suspeitas e tem sua imagem arranhada de forma injusta, segundo ele. Terá tempo para provar que não vai terminar sua biografia como “anti-herói”.

O trabalho do paranaense na CPI dos Correios o colocou numa seleta lista de “deputados éticos” perante a opinião pública. Integrante do PMDB, partido da base do então presidente Lula, Osmar Serraglio não poupou em seu relatório final os petistas e peemedebistas envolvidos. Esse material contribuiu para que a Procuradoria-Geral da República (PGR) formulasse as denúncias ao Supremo Tribunal Federal (STF) que, em 2013, levaram os primeiros políticos

de alto escalão a serem presos na história do país.

EMBRIÃO

Numa entrevista à Gazeta do Povo em 2015, afirmou que o esquema do mensalão foi o embrião do petrolão. “Com o fim do esquema do mensalão, os partidos e políticos envolvidos precisaram buscar outra forma de financiamento. A Lava Jato mostra os desvios da Petrobras como uma espécie de segundo caminho”, disse Serraglio.

Recentemente, também declarou que a Lava Jato é “intocável”. Mas, nesse caso, ele acabou saindo da lista dos “éticos”. O paranaense não é investigado pela força-tarefa. Mas foi um dos parlamentares que votou, em novembro, pela “mutilação” do projeto das “Dez Medidas de Combate à Corrupção” apresentadas pela força-tarefa da Lava Jato.

JORNAL DO ÔNIBUS

Um paranaense na Justiça

O presidente Michel Temer anunciou ontem a escolha do nome do deputado federal paranaense Osmar Serraglio para comandar o Ministério da Justiça, cargo vago com a ida de Alexandre de Moraes para o Supremo Tribunal Federal (STF). Serraglio, parlamentar com quase duas décadas de atuação no Congresso, foi o re-

lator da CPI dos Correios, que deu origem ao escândalo do mensalão do PT, já presidiu a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e tem reputação de brilhante jurista.

Em sua base eleitoral, o Noroeste do Paraná – um grande polígono formado entre as cidades de Umuarama, Guaíra, Paranaíba, Maringá e Campo Mourão

– Serraglio é reputado por correligionários como parlamentar sério, dedicado e incorruptível. Claro, há também muita gente que discorda deste perfil “bonito demais” para um político, mas o fato é que Serraglio construiu uma reputação de pouquíssimos deslizes.

Mas a partir de agora, na condição de ministro de Estado da Justiça,

Serraglio certamente será cobrado por sua declarada dedicação para salvar o mandato do ex-deputado Eduardo Cunha, seu companheiro de partido, cassado e hoje preso em Curitiba por envolvimento com o “esquema” da Lava Jato. Em uma carreira praticamente impoluta, Serraglio tem esta “mancha” a apagar do currículo. ●

24 FEV 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Moro defende necessidade de prisões preventivas

Juiz alega que investigados representam “risco à ordem pública”



No despacho em que autorizou a 38ª fase da Lava Jato, efetivada ontem (23) pela Polícia Federal, o juiz federal Sérgio Moro dedicou ao menos cinco parágrafos a fazer uma defesa das prisões preventivas que têm decretado contra pessoas investigadas na operação.

Ao alegar “risco à ordem pública” para autorizar a medida cautelar contra os suspeitos Jorge Luz e Bruno Luz, Moro comparou o caso dos dois aos de outras pessoas detidas na operação, afirmando que “apenas a prisão preventiva foi capaz de encerrar as suas carreiras delitivas”.

“Embora as prisões cautelares decretadas no âmbito da Operação Lava Jato recebam pontualmente críticas, o fato é que, se a corrupção é sistêmica e profunda, impõe-se a prisão preventiva para debelá-la, sob pena de agravamento progressivo do quadro criminoso”, escreveu Moro. ●

24 FEV 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Osmar Serraglio é o novo ministro da Justiça

Em seu quinto mandato como deputado federal, Serraglio é ligado à bancada ruralista

Felipe Siqueira com EBC

O presidente Michel Temer confirmou o deputado federal Osmar Serraglio (PMDB-PR) como o novo ministro da Justiça. Serraglio assume a vaga deixada por Alexandre de Moraes, que agora é ministro do Supremo Tribunal Federal.

Em seu quinto mandato como deputado federal, Serraglio é ligado à bancada ruralista, exercendo a coordenação da frente parlamentar da agricultura. O deputado também foi 1º secretário da Mesa da Câmara de 1º de fevereiro de 2007 a 1º de fevereiro de 2009, presidindo ainda a Comissão de Constituição e Justiça

em 2016.

“O presidente Michel Temer foi muito feliz na escolha de Serraglio. Agradou muito os deputados do PMDB. Serraglio é um jurista, está preparado para o cargo e é muito estudioso. Foi relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPMI) dos Correios e do Mensalão”, disse Perondi.

Aroldo Murá

COM OSMAR SERRAGLIO NA JUSTIÇA, TEMER REFORÇA 'CLUBE DO BOLINHA'

O deputado federal paranaense Osmar Serraglio (PMDB) é o novo Ministro da Justiça. Sua indicação, de correção inquestionável, apazigua as críticas a Temer que, até ontem, só ensaiava a indicação para depois do Carnaval – quando, no folclore, o ano enfim começa. Serraglio era o nome que frequentava o topo da lista porque indicação pessoal de Temer e não imposição partidária e porque dono de um currículo invejável que inclui a relatoria da CPI dos Correios, que desnudou o Mensalão no auge do prestígio lulopetista.

A MULHER DE CONFRONTOS

Se há um senão ao paranaense Serraglio é o fato de ser um homem num ministério de homens.

Outra paranaense, e mulher, a ex-procuradora-geral do Ministério Público do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes, também estava cotada para o ministério. Era um posto de prestígio para quem foi secretária de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania



Maria Tereza Uille Gomes e Osmar Serraglio

no primeiro governo de Beto Richa, famosa pelos confrontos que colecionou. Entre eles com Roberto Requião na "Escolinha" de Governo, onde a plateia lhe era desfavorável. Por conta das rugas com o Ministério Público, o peemedebista apelidou Maria Tereza de "Rainha de Copas". Ela não se importou.

MEMBRO DO CNJ

Antes de ser indicada como membro do Conselho de Nacional de Justiça, para o qual ainda não foi sabatinada pelo Senado, Maria Tereza foi adversária do procurador-

geral Milton Riquelme de Macedo, que gravou programa de campanha para o PMDB e, no ano passado, encabeçou a chapa contrária a Ivonei Sfoggia, que foi eleito sob as bênçãos do governo tucano.

PIONEIRA

Nomeada ou não ao ministério, posto que será ocupado agora por outro paranaense ilustre, o papel de desbravadora e pioneira de Maria Tereza combina muito bem com o perfil de uma mulher que nunca recusou um embate legal. Serraglio esbanja correção e legalidade.

24 FEV 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Moro defende necessidade de prisões preventivas

Felipe Pontes

No despacho em que autorizou a 38ª fase da Lava Jato, efetivada ontem pela Polícia Federal, o juiz federal Sérgio Moro dedicou ao menos cinco parágrafos a fazer uma defesa das prisões preventivas que tem decretado contra pessoas investigadas na operação.

Ao alegar “risco à ordem pública” para autorizar a medida cautelar contra os suspeitos Jorge Luz e Bruno Luz, Moro comparou o caso dos dois aos de outras pessoas detidas na operação, afirmando que “apenas a prisão preventiva foi capaz de encerrar as suas carreiras delitivas”.

“Embora as prisões cautelares decretadas no âmbito da Operação Lava Jato recebam pontual-

mente críticas, o fato é que, se a corrupção é sistêmica e profunda, impõe-se a prisão preventiva para debelá-la, sob pena de agravamento progressivo do quadro criminoso”, escreveu Moro.

Para o juiz federal, determinar a prisão preventiva num quadro de corrupção e lavagem de dinheiro sistêmico não é uma heterodoxia, e sim uma aplicação normal do Artigo 312 da lei processual penal.

“Assim, excepcional não é a prisão cautelar, mas o grau de deterioração da coisa pública revelada pelos processos na Operação Lava Jato, com prejuízos já assumidos de cerca de R\$ 6 bilhões somente pela Petrobras, e a possibilidade, segundo investigações em curso no Supremo

Tribunal Federal (STF), de que os desvios tenham sido utilizados para pagamento de propina a dezenas de parlamentares, comprometendo a própria qualidade de nossa democracia.”

O posicionamento do magistrado ocorre após ministros do STF terem se manifestado recentemente sobre o assunto. Na semana passada, Celso de Mello e Marco Aurélio fizeram questionamentos sobre o uso prolongado desse tipo de medida cautelar.

As observações foram feitas durante o julgamento em plenário de um pedido de liberdade de Eduardo Cunha, detido desde outubro do ano passado em Curitiba. Apesar disso, os ministros negaram o recurso do ex-deputado, que foi mantido preso.

BEMPARANÁ

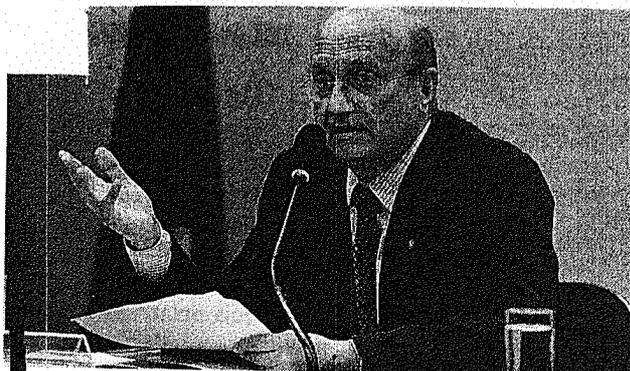
24 FEV 2017

Serraglio é o novo ministro da Justiça do governo Temer

Deputado pelo Paraná assume o cargo no momento em que a "Lava Jato" está sob ameaça de "acordão"

O deputado federal Osmar Serraglio (PMDB) foi escolhido ontem pelo presidente Michel Temer para assumir o Ministério da Justiça, em substituição a Alexandre de Moraes, indicado para o Supremo Tribunal Federal (STF). O parlamentar, que nasceu em Erechim (RS), fez carreira política no Paraná, estado pelo qual cumpre seu quinto mandato na Câmara. A nomeação foi confirmada na noite de ontem pelo porta-voz da Presidência, Alexandre Parola. Segundo ele, o presidente expressou "plena confiança" na capacidade de Serraglio para onduzir os trabalhos da pasta.

Serraglio assume a nova função no momento em que crescem as suspeitas sobre um "acordão" entre políticos para tentar barrar as investigações da operação Lava Jato, que atingem grande parte dos caciques do PMDB no Congresso e do núcleo principal do governo Temer. A Polícia Federal, responsável pela investigação, é subordinada ao Ministério da Justiça.



Serraglio (PMDB): ligação com Cunha complicada

Além disso, Serraglio também chega sob a suspeita de ser aliado do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), preso desde outubro do ano passado em Curitiba por ordem do juiz federal Sérgio Moro, acusado de cobrar propina para intermediar contratos da Petrobrás. Em abril do ano passado, o parlamentar chegou a defender que Cunha fosse "anistiado" por ter conduzido o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Além disso, Serraglio foi acusado de promover manobras na CCJ para atrasar o processo de cassação de Cunha.

Diante dessas suspeitas,

Serraglio afirmou ontem ter combinado com Temer que não haverá qualquer interferência na operação. "A ordem é manter distância (da Lava Jato), porque a gente sabe que qualquer coisa que você faça, você se contamina, então é pra deixar pra lá", afirmou ele ao jornal Folha de São Paulo. "Imagina um ministro da Justiça pedir para alguém tergi-versar nessa investigação? Isso seria a negação da República", alegou.

Ele também negou que tenha qualquer dívida com Eduardo Cunha, que apoiou sua eleição para presidente da CCJ da Câmara. "Essa história de que devo favor a Cu-

"A ordem é manter distância (da Lava Jato)".

do novo ministro da Justiça, Osmar Serraglio (PMDB)

inha é folclore", rebateu. "Claro que não vou minimizar a importância política e a liderança que ele exercia na Casa, mas a Comissão de Constituição e Justiça reconheceu que não agi de forma parcial", garantiu, lembrando que a comissão rejeitou o pedido de Cunha para anular seu processo de cassação.

Em seu quinto mandato como deputado federal, Serraglio é ligado à bancada ruralista, exercendo a coordenação do Frente Parlamentar da Agricultura. O deputado também foi 1º secretário da Mesa da Câmara de 1º de fevereiro de 2007 a 1º de fevereiro de 2009 e presidente da Comissão de Constituição e Justiça em 2016.

CONTINUA

24 FEV 2017

BEM PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Mensalão - Serraglio ganhou projeção nacional entre 2005 e 2006, quando foi relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios, que investigou o caso do "mensalão" no governo do ex-presidente Lula. Na época, ele foi apontado como um relator rigoroso, por ter denunciado integrantes do alto escalão do governo petista.

Mais tarde, apesar de integrar a base do governo Dilma Rousseff na Câmara, ele foi um dos primeiros parlamentares peemedebistas a aderir à tese do impeachment e se aproximar do grupo de Eduardo Cunha. O parlamentar assume o cargo de ministro com o apoio da bancada do PMDB na Câmara, que cobrava de Temer mais espaço para o partido no primeiro escalão do governo.

Mais recentemente, Serraglio defendeu a quebra do sigilo de delações premiadas no âmbito da Operação Lava Jato. "Tem que abrir o sigilo. Quando você abre as janelas da colaboração, facilita a investigação", afirmou no início do mês ao *Estado de São Paulo*.

Estupefado

Quem não gostou da nomeação do deputado Osmar Serraglio (PMDB) para ministro da Justiça foi o senador e presidente do PMDB do Paraná, **Roberto Requião**. Em vídeo divulgado nas redes sociais, Requião se declarou "estupefado" com a escolha do presidente Michel Temer (PMDB). "O deputado Osmar Serraglio, até onde eu sei, é um deputado do grupo do Eduardo Cunha na Câmara Federal. Foi nomeado pelo Eduardo Cunha presidente da Comissão de Justiça da Câmara", afirmou o senador.

Cartórios do Paraná passam a reconhecer a paternidade socioafetiva sem a via judicial

A vida ficou mais simples para as cerca de 8 mil crianças que todo ano são registradas sem o nome do pai no Estado do Paraná. Desde janeiro deste ano já é possível realizar o reconhecimento da paternidade socioafetiva – quando o vínculo não é biológico, mas a pessoa estabelece laços afetivos de paternidade com a criança – direto nos Cartórios de Registro Civil do Estado, sem a necessidade de contratação de advogado e autorização judicial.

A novidade foi possibilitada pela edição do Provimento nº 264 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado, que reconheceu a igualdade da “verdade afetiva” perante a “verdade sanguínea”, deixando o reconhecimento mais rápido e econômico para a família e para o Judiciário. A autorização segue jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconheceu a igualdade dos vínculos afetivos e sanguíneos.

Antes do provimento, a criança que não possuísse registro paterno, mas cujo pai afetivo quisesse reconhecê-la, deveria ingressar com pedido na Justiça. Agora, quem quiser fazer o reconhecimento, poderá proceder com o reconhecimento espontâneo da paternidade socioafetiva perante o Oficial de cartório mediante a apresentação de documento de identificação com foto e certidão de nascimento do filho, em via original ou cópia autenticada.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

“Trata-se de mais uma contribuição dos cartórios para o processo de desburocratização da vida das pessoas, tornando um procedimento longo e custoso mais fácil, ágil e econômico para o cidadão, pois basta se dirigir ao cartório e realizar o reconhecimento da paternidade socioafetiva”, explica Arion Toledo Cavalheiro Júnior, presidente do Instituto de Registro Civil das Pessoas Naturais do Paraná (Irpen/PR).

Caso o filho a ser reconhecido tenha menos de 18 (dezoito) anos de idade, deverá o Oficial colher a autorização da mãe. Na hipótese do filho a ser reconhecido ter 18 (dezoito) anos ou mais, o reconhecimento dependerá apenas da concordância por escrito deste, perante o próprio Oficial de Registro Civil de Pessoas Naturais.

Esta autorização também poderá ser aplicada às famílias formadas por casais homoafetivos, aos casos de parentalidade múltipla, bem como às hipóteses de adoção unilateral.

Além do Paraná, outros seis Estados brasileiros regulamentaram a possibilidade do reconhecimento de paternidade direto em Cartório de Registro Civil: Maranhão, Pernambuco, Ceará, Santa Catarina, Amazonas e Mato Grosso do Sul.